



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200  
Telefone: (61) 3214-0200 e Fax: (61) 3214-0272 - [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022**

**(Processo Administrativo n.º 60091.000074/2022-10)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos, sediada no SPO Área 5, Quadra 3 Bloco K - CENSIPAM, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor Preço Global do Item**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Portaria nº 61/MMA de 15 de março de 2008 e Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2008, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da IN/SLTI nº 01/2010, Decreto 7.746/2012 e Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU - Agosto/2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 23/12/2022

Horário: 10h

Pregoeiro: José Gomes da Silva

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

Critério de Julgamento: **menor preço global do item**

Regime de Execução: **Empreitada por Preço Global**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços continuados de limpeza e conservação** em regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de material, equipamentos, utensílios e uniforme para atender as demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, especificamente do **Centro Regional de Manaus**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço Global do Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo: Despacho nº 667/COFIN/CGAFI/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (5057488).

- a. Programa **6011** – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- b. Ação Orçamentária: **20X4** – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;
- c. Fonte: **100**;
- d. Plano Orçamentário (PO): **0007** – Funcionamento e Manutenção do Censipam;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168640**;
- f. Natureza da Despesa: **33.90.37.02** - Limpeza e Conservação; e
- g. Código do Sistema **PTA/2022: 284/22** - Execução do contrato de limpeza (**CR-MN**).

**3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.2.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.7. sociedades cooperativas considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017".

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor mensal e anual do item.

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

6.1.2.2. Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.1.2.3. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.1.2.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, nos termos do item 6.1.2.5, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.1.2.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) reais**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 7.26.1. por empresas brasileiras;
  - 7.26.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.26.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  - 7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
  - 8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
  - 8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 8.4.4.2. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não

tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.3. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias, acordo, dissídio ou convenção coletivas de trabalho vigentes.

8.4.4.4. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000546/2021**

**DATA DE REGISTRO NO MTE: 29/12/2021**

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR067567/2021**

**NÚMERO DO PROCESSO: 13621.120880/2021-15**

**DATA DO PROTOCOLO: 28/12/2021**

**SINDICATO DOS EMP.EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, E**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE** - As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro

8.4.4.5. O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratante.

8.5. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.5.1. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.5.2. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.5.3. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

8.5.4. rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

8.5.5. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.5.6. rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.6. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, caput, do Decreto nº 10.024, de 2019.

8.6.1. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantida ampla defesa e contraditório.

8.7. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.12. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.13. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006,

seguinte-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

## 9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomeendedor.gov.br](http://www.portaldomeendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### 9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 9.10.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.11.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.11.2. **Comprovação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na gestão de mão-de-obra em execução de serviços de limpeza envolvendo a área física equivalente a 50% (cinquenta por cento) da área física objeto da presente licitação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.**
- 9.11.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.11.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 9.11.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.11.6.1. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em Manaus/AM previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.
- 9.11.7. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;
- 9.11.8. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante."
- 9.11.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- 9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

- 9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

- 9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- 9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

- 9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixada no Edital, será declarado vencedor.

#### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;
  - 10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelo critério de menor preço global do item, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo I do presente instrumento convocatório.

#### 15. DO TERMO DE CONTRATO

- 15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.



15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dias) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## 20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. **Multa de 1.%(um por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. **Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa, por até 02 (dois) anos;

21.4.4. **Impedimento de licitar** e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até **cinco anos**;

21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@sipam.gov.br](mailto:licitacao@sipam.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: **SPO Área Especial 05 Quadra 03 Bloco "K" Brasília -DF, CEP: 70.610-200**, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, seção de licitações.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço: **SPO Área Especial 05 Quadra 03 Bloco "K" Brasília -DF, CEP: 70.610-200**, e-mail: [licitacao@sipam.gov.br](mailto:licitacao@sipam.gov.br) nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

### ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice I - Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

Apêndice II - Modelo de Proposta

Apêndice III - Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preços

Apêndice IV - Relação de Material, Equipamentos e Utensílios.

Apêndice V - Estudos Técnicos Preliminares

Apêndice VI - Termo de Vistoria.

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III - Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;

ANEXO V - Minuta de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

ANEXO VI - Minuta de Declaração de Instalação/Manutenção de Escritório no Município da Prestação Contratual;

ANEXO VII - Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira;

ANEXO VIII - Minuta de Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades;

Brasília - DF, 12 de dezembro de 2022.

ELABORADO POR:

(assinado eletronicamente)

JOÃO LOPES DO LAGO  
Assessor

**APROVO** o Instrumento convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2022**, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões a presente decisão, inclusive como sua motivação, bem como o § 1º, art. 40, da Lei nº 8.666/93.

(assinado eletronicamente)

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN  
Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços continuados com mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.  
Atualização: Fevereiro/2022



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
CENTRO REGIONAL DE MANAUS

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 60091.000074/2022-10

## 24. DO OBJETO

24.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **limpeza e conservação** em regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de material, equipamentos, utensílios e uniforme para atender as demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, especificamente do Centro Regional de Manaus, localizado na Av do Turismo, nº 1350, Bairro Tarumã, Manaus - AM, nas condições e especificações constantes neste instrumento.

24.2. A contratação envolverá um complexo composto de 07 prédios e adotará os índices de produtividade estabelecidos no quadro abaixo, por servente em jornada/carga horária de 09 (nove) horas diárias de segunda-feira a quinta-feira e de 08 horas às sextas-feiras, conforme segue:

CATSER	TIPO DE ÁREA FÍSICA	PRODUTIVIDADE	QUANTITATIVO DE ÁREA FÍSICA (m²)
24023	I - Área interna - Pisos Frios	1/800 m²	9.622,85
	II - Área interna - Almoxarifado/galpões.	1/803,37 m² (*)	803,37
	III - Área Interna - áreas com espaços livres - saguão, hall e e salão	1/1.000 m²	3.075,86
	IV - Área externa - Varrição de passeio e arruamento	1/9.000 m²	9.763,74
	V - Esquadrias - face externa com exposição de risco	1/130 m²	1.932,79
	VI - Esquadrias - face externa sem exposição de risco	1/300 m²	951,64
	VII - Esquadrias - face interna	1/300 m²	1.511,21

24.2.1. (\*) Produtividade adotada de 803,37m² por servente em jornada de oito horas diárias, considerando que a área física do almoxarifado é inferior a 1.500 m² conforme disposto no item 9 do Anexo VI-B da IN/SEGES nº 05/2017.

24.2.2. A área envolvida na contratação dispõe de **35 banheiros, 06 vestiários e 83 vasos sanitários e 06 copas**. Enquanto que a **quantidade de usuários** é de aproximadamente **242 (duzentas e quarenta e duas) pessoas**, entre servidores, terceirizados e estagiários, etc.

24.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de **Limpeza e conservação**.

24.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima;

24.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, e

24.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 25. JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

25.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

25.2. A contratação pretendida dos serviços de Limpeza e Conservação será prestada de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria, considerando término do prazo do Contrato nº 01/2022 em 10/01/2023

25.3. Outrossim, a contratação dos serviços de limpeza e conservação, vem suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de servente.

25.4. A aludida contratação será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

25.5. Os serviços referenciados neste termo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de **serviços comuns**, conforme definido no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

25.6. Os serviços a serem contratados destinar-se-ão ainda, à conservação do patrimônio da Instituição e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às atividades administrativas e técnicas do CENSIPAM, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o mesmo.

25.7. As atividades de limpeza e conservação constavam dentre as atribuições exercidas por profissionais cujos cargos foram extintos de acordo com a Lei nº 9.632/1998, assim, podem ser contratado, mediante terceirização, conforme reza o §2º do artigo 7º da IN/SEGES/MPDG nº 05/2017 e passaram a ser exercidas por execução indireta, conforme disposto no Decreto nº 9.507, de 21/09/2018.

25.8. Além disso, a terceirização que tem por objetivo a atividade meio da Contratante, contanto que não haja a subordinação direta ou pessoalidade entre esta e o trabalhador, é considerada lícita pelo Tribunal Superior do Trabalho.

25.9. Outrossim, a contratação do **serviço de limpeza e conservação** encontra amparo legal no Decreto nº 9.507/2018, bem como na Portaria/MPDG/GM nº 443, de 27/12/2018 e na Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 5, de 25/05/2017, que disciplina que tal serviço será preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros.

25.10. Ressalta-se, que, desde que a Lei nº 9.632/1998 entrou em vigor, impossibilitando a realização de concurso público, ocasionando em vacâncias e, consequentemente, na extinção de cargos, o Censipam não dispõe de servidores nas áreas de suporte operacional **relativas a limpeza e conservação**.

25.11. Por fim, tendo em vista as considerações acima e as atribuições/atividades a serem desempenhadas pelos terceirizados junto à Administração local do Centro Regional de Manaus do Censipam, é de extrema importância a prestação dos serviços objeto da pretendida contratação.

25.12. A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global considerando que o quantitativo a ser contratado encontra-se definido e estabelecido no presente instrumento, desse modo, a liquidação da despesa não envolve a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

25.13. O objeto da contratação é caracterizado como serviços continuados considerando que visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, ou de outro modo posto, à disposição em caráter permanente objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e permanente.

## 26. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

26.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada nos Estudos Preliminares em tópico específico, abrange a prestação do serviço de empresa especializada na prestação de serviços continuados de **Limpeza e Conservação** em regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de material, para atender as demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, especificamente do Centro Regional de Manaus.

## 27. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

27.1. Trata-se de serviço comum, em regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica

27.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

27.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 28. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

28.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

28.1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

28.1.2. serviços correlatos às categorias profissionais de **Agente de Limpeza e Encarregado de Serviços**, abrangidas pela Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação do Estado do Amazonas e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação do Estado do Amazonas.

28.1.3. o serviço, objeto da pleiteada contratação é de **natureza continuada, com duração inicial** de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

28.1.4. Considerando a natureza dos serviços (limpeza e conservação) os quais não envolvem conhecimentos técnicos ou complexos, não há exigência de promoção de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

28.1.5. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas nos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Agente de Limpeza (servente) é o nº 5143-20 e Encarregado (a) é o nº 5101-10.

28.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato..

28.3. As Obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

28.4. A Contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade ambiental durante a execução do contrato observando as orientações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, devendo entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, no uso de materiais utilizados na execução dos serviços.

## 29. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

29.1. Considerando os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução

de desperdícios e de poluição. Dentre as ações de responsabilidade ambiental:

- 29.1.1. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 29.1.2. observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 29.1.3. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 29.1.4. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 29.1.5. realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- 29.1.6. respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 29.1.7. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.
- 29.1.8. Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 6º do Decreto nº 7.404, de 2010).
- 29.1.9. A Contratada deverá, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição. Dentre as ações:
  - I - Cabe a contratada a implementação de ações que reduzam a exposição de ocupantes do complexo predial da contratante a contaminantes de partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente;
  - II - É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de segurança e medicina do trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução de consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.
  - III - É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.
  - IV - A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.
  - V - A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.
  - VI - É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão ralados, quebrados ou com defeitos), bem como, práticas de racionalização.
  - VII - É obrigação da contratada racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.
  - VIII - É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para gestão sustentável dos serviços.
  - IX - A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e aos estados das instalações hidrossanitárias e elétricas.
  - X - É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Riscos I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.
  - XI - É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto de 2010.
  - XII - É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.
  - XIII - É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;
  - XIV - É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.
  - XV - É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

### 30. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 30.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do CENSIPAM, localizado na Av do Turismo, nº 1350, Bairro Tarumã, Manaus - AM, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, outros esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio do e-mail: maria.socorro@sipam.gov. telefone: 3303- 6409.
- 30.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
  - 30.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 30.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 30.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 30.5. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso opte pela realização da vistoria conforme no subitem 7.1 acima, e, no caso de opção por não realizá-la, o atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

### 31. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 31.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 31.1.1. Os serviços serão executados de segunda a quinta-feira, de 07:00 às 17:00 horas, e sexta das 07:00 às 16:00 horas, com intervalo de 01 (uma) hora para o almoço de segunda-feira a quinta-feira e 02 (duas) horas na sexta-feira, podendo ser alterado conforme necessidade da Contratante, respeitada a jornada de trabalho semanal de 44 horas, conforme legislação vigente;
  - 31.2. O início da prestação do serviço de limpeza e conservação dar-se-á a partir do quinto dia útil, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

31.3. As atividades de limpeza e conservação, consistem nas tarefas abaixo relacionadas, em consonância com as descrições contidas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia Agente de Limpeza nº 5143-20 e Encarregado (a) é o nº 5101-10.

31.4. **DO SERVIÇO DO ENCARREGADO:**

31.4.1. Dentre as atividades descritas e inerentes à ocupação do Encarregado correspondente a CBO-5101-10, o profissional da categoria de Encarregado de Serviços será responsável por:

31.4.2. Coordenar a equipe de trabalho, ou seja: adequar equipe a situações atípicas; atribuir tarefas aos funcionários; controlar uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; delegar responsabilidade aos funcionários; dimensionar equipe de trabalho; supervisionar a execução dos trabalhos realizados pelos seus subordinados; intermediar informações entre equipe e superiores; orientar execução dos serviços; supervisionar guarda de valores; supervisionar higiene pessoal dos funcionários; supervisionar horários dos demais empregados da equipe de trabalho; colaborar com a segurança dos prédios;

31.4.3. Programar a rotina serviços, com a missão de garantir o alcance dos resultados planejados, permanecendo no local de trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços e com a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao gestor de contrato designado pela Administração.

31.5. **DO SERVIÇO DO AGENTE DE LIMPEZA**

31.5.1. As atividades do Agente de Limpeza, correspondem a descrição da ocupação referente à CBO nº 5343-20, seguindo a rotina abaixo:

**DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E FREQUÊNCIA**

**ÁREAS INTERNAS**

**DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 1 Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- 2 Lavar os cinzeiros;
- 3 Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários, com saneante domissanitário, desinfetante, duas vezes ao dia;
- 4 Varrer, remover manchas e encerar os pisos;
- 5 Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 6 Varrição geral;
- 7 Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- 8 Abastecer os sanitários com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido, quando necessário.
- 9 Retirar o pó dos telefones com flanelas e produtos adequados;
- 10 Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- 11 Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pelo CENSIPAM;
- 12 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação as Associações e Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme o Decreto nº 5.940, de 25.10.2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente
- 13 Limpar os corrimãos;
- 14 Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- 15 Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;
- 16 Substituir os sacos de lixos utilizados nas lixeiras.

**SEMANALMENTE, UMA VEZ**

- 1 limpar atrás dos móveis, armários e arquivos e auxiliar na movimentação de móveis e objetos para fins de conservação e limpeza.
- 2 limpar com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- 3 limpar com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- 4 lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar a flanela nos móveis encerados;
- 5 limpar com produto apropriado, forrações de couro, napa, plástico ou tecido em assentos e poltronas;
- 6 limpar e polir todos metais, tais como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- 7 lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, marmorite e emborrachados com detergente, encera-los e lustra-los;
- 8 passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- 9 limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- 10 retirar pó e resíduos com pano úmido, dos quadros em geral;

- 11 lavar convenientemente, interna e externamente, janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidro e vidros em geral, impermeáveis, granilites, mármore, etc.;
- 12 executar os demais serviços considerados necessários, semanalmente.

#### **MENSALMENTE, UMA VEZ**

- 1 limpar paredes e rodapés;
- 2 limpar persianas com produtos adequados;
- 3 remover manchas de paredes;
- 4 limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.); e
- 5 proceder revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.
- 6 proceder a limpeza de áreas físicas visando remoção de lodos e/ou outros detritos.

#### **ÁREAS EXTERNAS**

#### **DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 1 remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- 2 varrer as áreas pavimentadas;
- 3 retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pelo CONTRATANTE;
- 4 executar os demais serviços considerados necessários, diariamente.

#### **SEMANALMENTE, UMA VEZ**

- 1 limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.)
- 2 lavar pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- 3 retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes (quando necessário até duas vezes);
- 4 executar os demais serviços considerados necessários, semanalmente.

#### **PERIODICAMENTE OU SEMPRE QUE FOR PRECISO**

- 1 proceder a limpeza das caixas de ralo, caixas de ralo duplo e poços de visita, retirando todo entulho causado por acúmulo lixo, folhas, papéis e outros detritos;
- 2 lavar áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;
- 3 sempre que consertos, reparos, adaptações ou pinturas tenham que ser efetuados, a empresa contratada promoverá limpeza da área, inclusive dos respingos, utilizando métodos e produtos químicos adequados e de boa qualidade.
- 4 proceder a limpeza de áreas físicas visando remoção de lodos e/ou outros detritos.

#### **ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 1 lavar, pelo menos duas vezes por ano, paredes externas revestidas com pastilhas, granito, mármore ou concreto aparente.

#### **ESQUADRIAS EXTERNAS E FACHADAS ENVIDRAÇADAS**

#### **QUINZENALMENTE, UMA VEZ**

- 1 limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos ante embaçantes.

#### **DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS**

São substâncias ou materiais destinadas à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água, compreendendo:

- a desinfetantes: destinados a destruir micro-organismos, indiscriminada ou seletivamente, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b detergentes: destinados a dissolver gorduras, higienização de recipientes e vasilhas e a aplicações de uso doméstico;
- c material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido;
- d são equiparados aos produtos domissanitários, os detergentes, desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

#### **32. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

32.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Apêndice IV deste termo, promovendo sua substituição quando necessário.

32.2. A entrega do material de consumo deverá ser efetuada até o 1º dia útil de cada mês.

- 32.3. A primeira entrega dos equipamentos e utensílios deve ocorrer no prazo estabelecido pelo contratante a ser acordado mediante reunião com registro em ata antes do início da prestação dos serviços. As demais entregas de materiais serão de acordo com a periodicidade estabelecida na contratação e/ou quando for necessária a substituição de qualquer equipamento ou utensílio a entrega deverá efetuada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação da Equipe de Fiscalização.
- 32.4. As entregas dos materiais devem ser efetuadas mediante uma relação contendo as especificações (descrição do material/utensílio/equipamento), unidades e quantidades, além do registro da data da entrega.
33. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
- 33.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 33.2. Para a execução do serviço de que trata este Termo de Referência, exige-se empregados devidamente uniformizados, observando a produtividade adotada para a contratação, envolvendo 01 (um) Encarregado de Serviços(CBO-5101-10) e demais empregados categoria profissional de Agente de Limpeza (Servente) - CBO 5143-20.
- 33.3. A contratação envolverá o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos funcionários alocados na prestação dos serviços.
- 33.4. Os serviços serão executados de segunda a quinta-feira, de 07:00 às 17:00 horas, e sexta das 07:00 às 16:00 horas, com intervalo de 01 (uma) hora para o almoço de segunda-feira a quinta-feira e 02 (duas) horas na sexta-feira, podendo ser alterado conforme necessidade da Contratante, respeitada a jornada de trabalho semanal de 44 horas, conforme legislação vigente;
- 33.5. Ocorrendo necessidade imperiosa poderá a duração de o trabalho exceder do limite legal ou convencionado, por motivo relevante, para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo ao CENSIPAM, hipótese em que será aplicado o instituto da compensação na forma prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
- 33.6. Fiscal do Contrato, poderá permitir a compensação dos excessos de horas trabalhadas, que será realizada em um dia pela diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 90 (noventa) dias.
- 33.7. Os benefícios e as vantagens das categorias de Agente de Limpeza (servente) e Encarregado NÃO PODERÃO SER INFERIORES AOS ESTABELECIDOS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. A empresa deverá utilizar a Convenção Coletiva, celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas e o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas vigentes na data prevista para a abertura da licitação da categoria.
- 33.8. Conforme estabelecido no subitem 1.2 do Anexo VII-F e no item 9 do Anexo IX da Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 05/2017 e suas alterações, caso haja dilação do prazo inicial do contrato, o contratante deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação. Destarte, os licitantes deverão observar que entre tais custos, a rubrica férias (8,33%), que compõe o item B do Submódulo 2.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços anexa à referida Instrução Normativa, deverá ser excluído a partir do momento da primeira prorrogação do contrato, por se tratar de custo não renovável etc.
- 33.9. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o **Modelo do Apêndice II** deste Termo.
- 33.10. Os licitantes quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, devem cotar na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.
- 33.10.1. As empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).
- 33.10.2. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD - Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.
- 33.10.3. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS. As Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, tratam do regime de apuração de incidência não cumulativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- 33.11. A empresa optante pelo Simples Nacional, em prestígio ao princípio da igualdade, deve preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços, modelo constante do Apêndice III deste Termo, conforme o regime tributário que irá optar (Lucro Presumido ou Lucro Real), computando, inclusive, “as contribuições para o ‘Sistema S’ e os tributos federais.” (Acórdão nº 1914/2012-TCU-Plenário. Informativo/TCU nº 116); eii) Os preços ofertados serão equalizados quando os tributos indicados nas planilhas não corresponderem ao regime tributário da licitação e aos benefícios fiscais a que fizer jus” (Acórdão nº 2.517/2012 - TCU - Plenário).

34. **UNIFORMES**
- 34.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seu empregado deverá ser condizente com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado e as mesmas devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos observando o disposto nos itens constantes na planilha abaixo:

- 34.2. O conjunto completo de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- 34.2.1. **SERVENTE - AGENTE DE LIMPEZA**

DESCRIÇÃO	QTD
Camisa confeccionada malha fria, com gola esporte, na cor padrão da empresa, com emblema da empresa pintado/bordado.	2 peças por semestre
Calça jeans básica	2 peças por semestre
Meia em algodão, tipo soquete.	4 pares por semestre
Calçado: preto com solado baixo de borracha ou material sintético antiderrapante, com palmilha antibacteriana.	2 pares por semestre

- 34.2.2. **ENCARREGADO DE SERVIÇOS**

DESCRIÇÃO	QTD
Calça jeans básica	2 peças por semestre



Camisa polo tradicional com dois bolsos superiores e emblema bordado da empresa, no lado superior esquerdo, em microfibra, na cor padrão da empresa.	2 peças por semestre
Sapato em couro, modelo social mocassim.	2 pares por semestre

- 34.3. O uniforme deverá ser substituído a cada 06 (seis) meses, sendo 01 (um) conjunto completo a cada empregado; e
- 34.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 34.5. A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer desses itens de uniformes a seus empregados
- 34.6. O uniforme deverá ser entregue no prazo de máximo de até 10 dias, contados a partir do início da execução do serviço, mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 34.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## 35. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 35.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 35.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 35.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 35.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 35.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 35.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 35.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura fiscal/fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 35.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 35.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 35.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 35.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 35.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 35.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 35.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 35.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 35.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 35.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 35.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 36. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 36.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 36.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 36.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 36.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 36.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 36.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 36.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;
- 36.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 36.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 36.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 36.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 36.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 36.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 36.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 36.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 36.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 36.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 36.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 36.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 36.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 36.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 36.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 36.23. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de prove-los com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 36.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 36.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 36.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 36.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 36.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 36.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 36.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 36.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 36.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 36.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 36.33.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 36.33.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 36.33.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 36.34. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 36.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 36.35.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 36.36. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 7.404, de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências: a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.” a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido. b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes; b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor

toxicidade; b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição; c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros); d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais: g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

## 37. DA SUBCONTRATAÇÃO

37.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 38. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

38.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

## 39. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

39.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

39.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

39.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de Ofício ou e-mail.

39.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

39.5. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

39.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

39.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

### a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- a.2. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

- b.1. certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b.3. certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- b.4. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

### d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

39.8. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

39.9. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

39.10. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

39.11. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

39.12. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

39.13. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

- 39.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 39.15. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Secretaria do Trabalho - Ministério da Economia.
- 39.16. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 39.17. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 39.18. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 39.19. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 39.20. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 39.21. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
- 39.22. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 39.23. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 39.24. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 39.25. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 39.26. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 39.27. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 39.28. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 39.29. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 39.30. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 39.31. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 39.32. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 39.33. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 39.34. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 39.34.1. **Fiscalização inicial** (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
  - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
  - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
  - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
  - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
  - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
  - g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
    - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
    - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
    - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
    - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 39.34.2. **Fiscalização mensal** (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
  - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
  - c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SicaF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

39.34.3. **Fiscalização diária:**

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho

39.35. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

39.35.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

39.36. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

39.36.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

39.37. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

39.38. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Apêndice I**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

39.39. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

39.40. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

39.41. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

39.41.1. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

39.42. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

39.43. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

39.44. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

39.45. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

39.46. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

39.47. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

39.48. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

39.49. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

40. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

40.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice I deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

40.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

40.2.1. A prestação de serviços será avaliada mensalmente pelo servidor designado como fiscal técnico, o qual acompanhará a execução contratual, mediante o Instrumento de Medição de Resultado - IMR - Apêndice I deste Termo.

40.2.2. As adequações nos pagamentos estará limitado a faixa de Ajuste de Pagamento contida no Instrumento de Medição do Resultado (IMR). A Contratada ficará sujeita ao redimensionamento no pagamento e as sanções legais, se for o caso.

40.3. A avaliação será efetuada quando da execução dos serviços, passando por três fases progressivas:

- a) **Fase inicial e de transição** (Primeiro e Segundo mês) – nesta fase o critério de avaliação e de ajuste constantes do Instrumento de Medição de Resultados – IMR serão aplicados com as consequências contratuais previstas, entretanto, será aplicado apenas 50% do valor do desconto

previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento a ser efetuado no valor mensal da fatura.

b) **Fase de aplicação** - A partir do terceiro mês o critério de avaliação e ajuste constantes do Instrumento de Medição de Resultados – IMR serão plenamente aplicados com todas as suas consequências contratuais previstas, considerando para efeitos de desconto a Faixa de Ajuste de Pagamento, na proporção do percentual obtido, cujo valor será deduzido do valor mensal da fatura.

40.4. A Contratante encaminhará à Contratada, por meio de Ofício, mensalmente, a avaliação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, para conhecimento do ajuste, quando ocorrer, como também para a adoção das providências julgadas necessárias para saneamento de possíveis situações identificadas na respectiva avaliação.

40.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

40.5.1. não produziu os resultados acordados;

40.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

40.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### 41. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

41.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

41.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

41.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

41.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

41.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

41.4.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

41.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

41.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

41.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

41.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

41.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

41.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

41.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

41.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

41.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

41.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

41.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

41.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### 42. DO PAGAMENTO

42.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

42.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

42.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

42.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

42.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

42.4.1. o prazo de validade;

42.4.2. a data da emissão;

42.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

42.4.4. o período de prestação dos serviços;

42.4.5. o valor a pagar; e

42.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

42.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não

acarretando qualquer ônus para a Contratante;

42.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

42.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

42.7.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

42.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

42.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

42.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

42.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

42.11. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

42.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

42.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

42.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM** =  $I \times N \times VP$ , sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### 43. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

43.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

43.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

43.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

43.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

43.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

43.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

43.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

43.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

43.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

43.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

43.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

43.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

43.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

43.5.3. Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa; e

43.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

43.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017.

43.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

43.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

43.9. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

43.10. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

43.10.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

43.10.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

43.10.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

43.10.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

43.11. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### 44. **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

44.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

44.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

44.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

44.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

44.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

44.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

44.5.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste público vigente à época da apresentação da proposta;

44.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

44.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

44.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

44.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

44.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

44.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

44.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

44.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

44.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

44.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

44.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

44.13. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

44.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo Instituto de Pesquisa do Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

44.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

44.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

44.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



- 44.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 44.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 44.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 44.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 44.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 44.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.;
- 44.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 44.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 44.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 44.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 44.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### 45. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 45.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 45.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 45.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 45.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 45.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 45.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 45.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 45.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 45.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 45.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 45.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 45.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 45.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 45.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 45.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 45.10. Será considerada extinta a garantia:
- 45.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 45.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.
- 45.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 45.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 45.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 45.13.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 45.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
46. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 46.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 46.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 46.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 46.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 46.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 46.1.5. cometer fraude fiscal.

46.2. **Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

46.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

46.2.2. **Multa de:**

46.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

46.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

46.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

46.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

46.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

46.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

46.2.2.7. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam** com todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa, por até 02 (dois) anos;

46.2.2.8. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, prevista no subitem com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

46.2.2.9. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

46.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 23.2.2.8 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

46.3.1. As sanções previstas nos subitens 23.2.1, 23.2.2.7, 23.2.2.8 e 23.2.2.9 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as multas, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

46.4. **Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:**

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

**INFRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregado do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 46.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 46.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 46.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 46.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 46.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 46.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 46.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
- 46.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 46.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 46.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 46.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 46.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 46.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
47. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 47.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 47.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 47.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 47.3.1. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na gestão de mão-de-obra em execução de serviços de limpeza envolvendo a área física equivalente a 50% (cinquenta por cento) da área física objeto da presente licitação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.
- 47.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 47.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 47.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 47.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 47.3.6. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em Manaus/AM previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.
- 47.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 47.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 47.5. O critério de aceitabilidade de preços serão:
- 47.5.1. o valor global de até **R\$1.053.984,12** (um milhão, cinquenta e três mil novecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)
- 47.5.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 47.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do item.
- 47.7. As regras de desempate entre proposta são discriminadas no edital.
48. **ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 48.1. A despesa com contratação dos serviços foi estimada no **valor mensal de R\$87.832,01** (oitenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais e um centavo) e o **valor estimado anual de R\$1.053.984,12** (um milhão, cinquenta e três mil novecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), conforme quadro resumo abaixo:

RESUMO	Custo M2 Quantidade M2 - Custo Mensal Custo Anual			
	(R\$/M2)	(M2)	(R\$)	(R\$)
	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d] = [c] x 12
ÁREA INTERNA - Piso Frio	6,09	9.622,85	58.603,16	703.237,92

ÁREA INTERNA - Áreas com espaços livres: Hall, salões, corredores, escadas, rampas e auditórios	4,87	3.075,86	14.868,42	58.421,04
ÁREA INTERNA – Almojarifado	6,06	803,37	4.868,42	58.421,04
ÁREA EXTERNA - Varrição de passeios e arruamentos	0,54	9.763,74	5.272,42	63.269,04
ESQUADRIAS EXTERNAS - Face externa sem exposição a situação de risco	1,37	951,64	1.303,75	15.645,00
ESQUADRIAS - Face Interna	1,37	1.511,21	2.070,36	24.844,32
ESQUADRIAS EXTERNAS - Face externa com exposição a situação de risco	0,38	1.932,79	734,46	8.813,52
<b>TOTAL</b>			<b>87.832,01</b>	<b>1.053.984,12</b>

48.2. O preço cotado deverá incluir todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação/refeição, transporte, cesta básica e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, prêmio de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, despesas operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, despesas financeiras de qualquer natureza, despesas diretas e indiretas, ou seja, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

48.3. A licitante ao compor seus custos de mão de obra deverá observar as atribuições profissionais estabelecidas neste instrumento.

48.4. Informa-se abaixo os valores limites para a pretendida contratação:

Valores limites Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Limpeza					
ÁREA INTERNA (PISOS FRIOS)		ÁREA INTERNA (ALMOJARIFADOS/GALPÕES)		ÁREA INTERNA (ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES – SAGUÃO, HALL E SALÃO)	
Produtividade 800 m <sup>2</sup>		Produtividade 803 m <sup>2</sup>		Produtividade 1.000 m <sup>2</sup>	
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
4,16	6,09	5,70	6,06	4,13	4,87
ÁREA EXTERNA (VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS)					
Produtividade 9000 m <sup>2</sup>					
Mínimo			Máximo		
0,34			0,54		
ESQUADRIA EXTERNA Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco			ESQUADRIA EXTERNA Face externa com exposição a situação de risco		
Produtividade 300 m <sup>2</sup>			Produtividade 130m <sup>2</sup>		
Mínimo	Máximo		Mínimo	Máximo	
R\$ 1,06	R\$ 1,37		R\$ 0,38	R\$ 1,50	

48.4.1. Produtividades apresentadas com base na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 adotadas pelo Centro Regional de Manaus do Censipam, envolvendo os valores limites mínimos observando metodologia de referência constante do Caderno Técnico do Estado do Amazonas e os valores estimados com base na pesquisa de preços realizada pelo Núcleo de Precificação do Censipam. Ressalvando que os valores para os preços de m<sup>2</sup> obtidos quando da elaboração da planilha de custos e formação de preço estimativa sofreram acréscimo, observando a ocorrência de três alterações salariais (2020/2021/2022) e dos benefícios constantes da Convenção Coletiva de Trabalho de 2022.

#### 49. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

49.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- Programa 6011 - Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- Fonte: 100
- Plano Orçamentário (PO): 0007 - Funcionamento e Manutenção do Censipam
- Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- Natureza da Despesa: 33.90.37.02 - Limpeza e Conservação
- Código do PTA/2022: 284/22 - Serviço de Limpeza e Conservação para o CR-MN.

## 50. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- 50.1. **Apêndice I** - Instrumento de Medição de Resultados – IMR.
- 50.2. **Apêndice II** - Modelo de Proposta
- 50.3. **Apêndice III** - Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preços
- 50.4. **Apêndice IV** - Relação de Material, Equipamentos e Utensílios.
- 50.5. **Apêndice V** - Estudos Técnicos Preliminares
- 50.6. **Apêndice VI** - Termo de Vistoria.

Manaus-AM, 07 de dezembro de 2022

51. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

- 51.1. De acordo com alínea "d" do artigo 21 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, foi designada a Equipe de Planejamento da Contratação, mediante a Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 2271, de 20 de abril de 2022 ID 4943336.

**MARIA DO SOCORRO FERREIRA CRUZ** Integrante Técnico

**INÊS MARTINS DOS ANJOS HADAD** Integrante Administrativo

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as diretrizes do procedimento de contratação de serviços definidos na instrução normativa nº 05, de 05.05.2017.

**FRANKLIN FERNANDO TEIXIERA**  
Gerente do Centro Regional de Manaus

**APROVO DE ACORDO COM OS INCISOS II e III DO §2º DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 8.666/1993, COMBINADO COM O INCISO II DO ARTIGO 14 DO DECRETO Nº 10.024, DE 20.09.2019.**

**EDUARDO SHIGERU MITANI**  
Ordenador de Despesas

APROVO DE ACORDO COM O INCISO I DO §2º DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 8.666/1993, COMBINADO COM O INCISO II DO ARTIGO 14 DO DECRETO Nº 10.024, DE 20.09.2019.

**SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN**  
Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência – Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra  
Atualização: Julho/2021

## APÊNDICE I

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**  
**SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**  
**CONTRATO Nº ...../2023**  
**Mês de Referência: ...../2023**

Nº	OCORRÊNCIAS	INDICADOR	PONTUAÇÃO	PERIODICIDADE DA APLICAÇÃO DA PONTUAÇÃO
1	Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme ou EPIs aos seus funcionários no início da prestação de serviços ou na substituição destes nos prazos e condições previstas no Edital.	Indicador nº 01 Uniformes e EPI's.	0,5	Por dia, por colaborador
2	Deixar de substituir peça de uniforme ou EPIs inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada.	Indicador nº 01 Uniformes e EPI's.	0,5	Por dia, por colaborador
3	Não utilização do uniforme ou EPIs; uso de uniforme ou EPIs incompleto ou inadequado, sem a devida	Indicador nº 01 Uniformes e EPI's.	0,5	Por dia, por colaborador

justificativa.

4	Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços de limpeza no início da execução do contrato e durante a sua execução.	Indicador nº 02 Materiais; Equipamentos	1,0	Por dia
5	Atraso na substituição dos equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso.	Indicador nº 02 Materiais; Equipamentos	1,0	Por dia
6	Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência.	Indicador nº 02 Materiais; Equipamentos	0,5	Por dia, por Material
7	Deixar de executar os serviços e/ou local de trabalho sem a devida justificativa.	Indicador nº 03 Funcionários	1,0	Por ocorrência, por colaborador
8	Recusar-se a executar os serviços compatíveis com a rotina de trabalho, sem motivo justificado.	Indicador nº 03 Funcionários	1,0	Por ocorrência, por colaborador
9	Não respeitar os horários dos intervalos para repouso e alimentação, fixados pela administração.	Indicador nº 03 Funcionários	0,5	Por ocorrência, por colaborador
10	Deixar de apresentar ou substituir preposto no prazo estabelecido em edital.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por dia
11	Não atender às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato, dentro do prazo previsto no Termo de Referência.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por ocorrência
12	Deixar de limpar áreas cobertas pelo objeto da contratação, de acordo com a escala e periodicidade estabelecida pela Administração.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por ocorrência
13	Resultado ineficiente da limpeza, tais como: manchas nos pisos ou vidros, sujeira no chão, móveis ou equipamentos, lixo não recolhido, etc.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por ocorrência
14	Utilização inadequada dos produtos de limpeza prejudicando o resultado dos serviços.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	0,5	Por ocorrência
15	Manter funcionário sem as competências previstas, para a execução dos serviços.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por dia, por colaborador
16	Deixar de substituir funcionário com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições no prazo previsto.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por dia, por colaborador
17	Deixar de substituir os funcionários nas ausências, conforme previstas no Termo de Referência.	Indicador nº 04 Execução dos Serviços	1,0	Por dia, por colaborador
18	Atraso no pagamento de salário, 13º, Vale Transporte e Vale Alimentação do(s) empregado(s).	Indicador nº 05 Obrigações Trabalhistas	5,0	Por dia
19	Deixar de recolher FGTS e INSS do(s) empregado(s).	Indicador nº 05 Obrigações Trabalhistas	5,0	Por ocorrência
20	Deixar de cumprir obrigações dispostas na Convenção Coletiva de Trabalho ou documento equivalente.	Indicador nº 05 Obrigações Trabalhistas	5,0	Por ocorrência e por colaborador

DE	ATÉ	DESCONTO %	DESCONTO / GLOSA
0	2	0,5	0,5% de Glosa no valor mensal do contrato
2,1	5	1	1% de Glosa no valor mensal do contrato
5,1	8	2	2% de Glosa no valor mensal do contrato
8,1	11	3	3% de Glosa no valor mensal do contrato
11,1	14	4	4% de Glosa no valor mensal do contrato
14,1	16	5	5% de Glosa no valor mensal do contrato
16,1	20	7	7% de Glosa no valor mensal do contrato
20,1	24,5	8	8% de Glosa no valor mensal do contrato
24,6	30	10	10% de Glosa no valor mensal do contrato

O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.

Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.

Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das medidas previstas no presente instrumento de medição de Resultados, irá configurar a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

1. O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2. Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3. Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das medidas previstas no presente instrumento de medição de Resultados, irá configurar a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.
4. No caso de ausências do(s) empregado (s) sem a devida substituição com reincidência no mesmo mês, além da pontuação acima o contratante procederá a glosa corresponde à quantidade de faltas no mês da prestação dos serviços, tendo por base o valor mensal do Agente de Limpeza e/ou Encarregado constante na Planilha de Custos e Formação de Preços da proposta inicial ou da repactuação, conforme o caso aplicável. O cálculo será efetuados com base na seguinte fórmula:  $G = (VP/30) \times F$ , onde  $G$  = Valor da glosa ; VP = Valor mensal do Agente de Limpeza e/ou do Encarregado e F = quantidade mensal das faltas (sem substituição).

Data:

Identificação: Fiscal Técnico

**APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de limpeza e conservação sob regime de dedicação de mão de obra exclusiva, fornecimento de materiais, equipamentos, utensílios, EPI e uniformes, para atender as demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, especificamente do Centro Regional de Manaus, conforme as especificações, locais indicados, áreas físicas, definição das obrigações das partes e descrição dos serviços, os quais deverão observar os padrões excelentes de qualidade, consoantes especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, conforme tabela abaixo:

TIPO DE ÁREA	PREÇO UNITÁRIO DO m² (R\$/m²)	ÁREA (m²)	SUBTOTAL (R\$)
I - Área interna - Pisos Frios		9.622,85	
II – Área interna -Almoxarifado/galpões.		803,37	
III – Área Interna – áreas com espaços livres – saguão, hall e e salão		3.075,86	
IV - Área externa – Varrição de passeio e arruamento		9.763,74	
V – Esquadrias – face externa com exposição de risco		1.932,79	
VI – Esquadrias – face externa sem exposição de risco		951,64	
VII – Esquadrias – face interna		1.511,21	
<b>Valor mensal</b>			
<b>Valor anual</b>			

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, ANEXO I do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../2022.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Obs.: Deverão ser anexadas à Proposta da Licitante: as planilhas de composição de custo e formação de preços conforme modelo constante no apêndice III; as planilhas de preços unitários e totais ofertados para os uniformes; memória de cálculo detalhada dos encargos e insumos que fundamentam os valores constantes da sua proposta e GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do licitante.

Quantidade de empregados a serem alocados: ..... Agentes de Limpeza (Serventes) e 01 Encarregado (a).

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Dados da empresa:

Razão Social:

Inscrição Estadual:

CNPJ: Endereço:

E-mail: Telefone:

Dados bancários :

Optante pelo Simples: ( ) sim ( ) não

Local e data,

**Assinatura do Representante Legal da Empresa**

**IMPORTANTE:** O LICITANTE DEVE INFORMAR NA PROPOSTA A QUANTIDADE DE AGENTES DE LIMPEZA, INFORMANDO O TOTAL DE EFETIVO DE PESSOAL (01 ENCARREGADO + QUANTIDADE DE AGENTES DE LIMPEZA) A SER DISPONIBILIZADO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO QUE A CONTRATAÇÃO ENVOLVE O MÍNIMO DE 01 (UM) ENCARREGADO.

**APÊNDICE III**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS  
MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017. De acordo com o Anexo VII - D da IN/SEGES/MPDG nº 05/2017 e alterações

Pregão Eletrônico nº ...../2022  
Dia ...../...../..... às ..... horas

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):
B	Município/UF:
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:
D	Número de meses de execução contratual:

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES A MÃO DE OBRA

1	Tipo de Serviço
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria profissional
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-base da Categoria (dia/mês/ano)

Módulo 1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
1	Composição da Remuneração	
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários  
Submódulo 2.1 -13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
---	---	-------------



2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		
2.3	Benefícios Mensais e Diários		
Total			
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência de GPS,FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS		
Total			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4.1	Ausências Legais		Val
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
Total			
Submódulo 4.2 - Intraornada			
4.2	Substituto na Intraornada		Val
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			
Quadro - Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Val
4.1	Substituto nas Ausências Legais		
4.2	Substituto na Intraornada		
Total			
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos		Val
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	Outros (especificar)		
Total			
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Val
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Val
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		

B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente
E	Módulo 5 - Insumos Diversos
Subtotal (A + B +C+ D+E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Valor Total por Empregado

VALOR MENSAL E ANUAL DA MÃO-DE-OBRA

ITEM	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M2)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$/M²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
ÁREA INTERNA (Piso Frio)	Encarregado	1/(18*800)		
	Servente	1/800		
	TOTAL			

ITEM	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M2)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$/M²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
ÁREA INTERNA (Áreas com espaços livres - Hall, corredores, escadas, rampas e auditórios)	Encarregado	1/(18*1000)		
	Servente	1/1000		
	TOTAL			

ITEM	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M2)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$/M²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
ÁREA INTERNA (Almoxarifados, depósitos e prédios anexos)	Encarregado	1/(18*803,37)		
	Servente	1/803,37		
	TOTAL			

ITEM	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M2)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$/M²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
ÁREA EXTERNA (Lajes/calhas e calçadas adjacentes)	Encarregado	1/(18*9000)		
	Servente	1/9000		
	TOTAL			

ITEM	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M2)	PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	SUBTOTAL (R\$/M²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
ÁREA EXTERNA (Varrição de passeios e arruamentos)	Encarregado	1/(18*9.000)		
	Servente	1/9.000		
	TOTAL			

ITEM	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE (1/M2)	FREQÜÊNCIA NO MÊS (HORAS)	JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	Ki= [a] x [b] x [c]
		[a]	[b]	[c]	[d]

13/11/2023, 11:42		SEI/MD - 5926582 - Geral			
ESQUADRIAS EXTERNAS (Face externa sem exposição a situação de risco)	Encarregado	1/18*300	16	1/188,76	
	Servente	1/300	16	1/188,76	
	TOTAL				
		PRODUTIVIDADE	FREQÜÊNCIA NO MÊS	JORNADA DE TRABALHO NO MÊS	Ki= [a] x [b] x [c]
ITEM	MÃO DE OBRA	(1/M2)	(HORAS)	(HORAS)	-
		[a]	[b]	[c]	[d]
ESQUADRIAS EXTERNAS (Face Interna)	Encarregado	1/18*300	16	1/188,76	
	Servente	1/300	16	1/188,76	
	TOTAL				
		PRODUTIVIDADE	FREQÜÊNCIA NO MÊS	JORNADA DE TRABALHO NO MÊS	Ki= [a] x [b] x [c]
ITEM	MÃO DE OBRA	(1/M2)	(HORAS)	(HORAS)	-
		[a]	[b]	[c]	[d]
ESQUADRIAS EXTERNAS (Face externa com exposição a situação de risco)	Encarregado	1/4*130	8	1/132,6	0,0000161
	Servente	1/130	8	1/132,6	0,0000642
	TOTAL				
RESUMO	Custo M²	Quantidade M² -	Custo Mensal	Custo Anual	
	(R\$/M²)	(M²)	(R\$)	(R\$)	
	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d] = [c] x 12	
ÁREA INTERNA - Piso Frio		9.622,85			
ÁREA INTERNA - Áreas com espaços livres: Hall, salões, corredores, escadas, rampas e auditórios		3.075,86			
ÁREA INTERNA – Almojarifado		803,37			
ÁREA EXTERNA - Varrição de passeios e arruamentos		9.763,74			
ESQUADRIAS EXTERNAS - Face externa sem exposição a situação de risco		951,64			
ESQUADRIAS - Face Interna		1.511,21			
ESQUADRIAS EXTERNAS - Face externa com exposição a situação de risco		1.932,79			
TOTAL					

APÊNDICE IV

RELAÇÃO MATERIAIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS

I - MATERIAIS DE CONSUMO - ENTREGA MENSAL

TEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	MARCA DE REFERÊNCIA
01	Papel toalha, em bobina 20 cm x 200 m, cor branca, 1ª qualidade (fardo com 6 rolos)	Econoclim, bromélia ou equivalente
02	Papel higiênico neutro, ótima qualidade, cor branca, rolo de 300m (fardo com 8 rolos).	Econoclim, lírios do campo ou equivalente
03	Saco de lixo 100 litros com polietileno, em cor escura para evitar a visualização do conteúdo. Embalagens com unidades picotadas ou individualizadas.	Ideal Plus, ouro lixo ou equivalente

04	Saco de lixo 50 litros, com polietileno, em cor escura.	Ideal Plus,ouro lixo ou equivalente
05	Saco de lixo 30 litros com polietileno, em cor escura.	Ideal Plus, ouro lixo ou equivalente
06	Saco de lixo 15 litros com polietileno, em cor escura.	Ideal Plus, ouro lixo ou equivalente
07	Álcool comum em gel 70% para limpeza (embalagens contendo 500g).	Audax, Santa Cruz, Nobre ou equivalente
08	Álcool em gel para higienização das mãos (embalagens contendo 500g).	Audax, Santa Cruz, Nobre ou equivalente
09	Álcool líquido de 70% INPM (embalagens contendo 1 Litro).	Audax, Santa Cruz, Nobre ou equivalente
10	Saponáceo líquido cremoso, composição linear alquilbenzeno, sulfonato de sódio - frasco de 300 g	Kin Limp, Nobre, Radium, Assolan ou equivalente
11	Flanela multiuso absorvente e macia 40x40 cm.	Dantex ou equivalente
12	Limpador clorado - (indicado para limpeza de bancadas, pisos, utensílios, equipamentos - embalagem descartável, ( galão de 5 litros).	Perol ou equivalente
13	Esponja de palha de aço fina (pacote com 08 unidades)	Bombril, Assolan ou equivalente
14	Lustra móveis a base de silicone, repelente de unidade e poeira que permita um brilho seco. Ideal para móveis envernizados e encerrados. Embalagem descartável de 200ml.	Ypê, Poliflor ou equivalente
15	Luva de borracha grossa - tamanhos: P	Volk, scotch brite ou equivalente
16	Luva de borracha grossa - tamanhos: M	Volk, scotch brite ou equivalente
17	Escova de nylon, ovalada, comprimento 12cm (manual)	condor, caixara ou equivalente
18	Desodorizador de ar para naturalizar odores em banheiros, cozinhas e salas. Aromas variados - Embalagem não reutilizável em aerossol de 400ml.	bom ar, glaide, facilita, airweck ou equivalente
19	Produto de limpeza de vidro (concentrado)	renco, perol ou equivalente
20	Detergente Líquido hipoalergênico, biodegradável em aromas variados - embalagem descartável com bico dosador (comprovação de registro no ministério da saúde ) - frasco com 500ml	ypê, limpol, minuano ou equivalente
21	Esponja dupla - face multiuso, higiênica e durável medida aproximada de 100x70x20mm.	3m, scotch bree ou equivalente
22	Pano de chão, 100% algodão, comprimento de 64 cm e Largura de 45 cm, Alvejado - 1ª qualidade.	martin pano, itatex ou equivalente
23	Pano multiuso, alta absorção, composição 50% celulose, 50% poliéster. (pacote com 5 unidades).	Nobre, Perfex ou equivalente
24	Desinfetante concentrado aromatizado	Perol, Audax ou equivalente
25	Sabonete líquido para a higienização das mãos	Audax, São Caetano ou equivalente
26	Sabão em pó - 500 g	Ala, Tixan, econômico ou equivalente
27	Sabão em barra	Econômico, Cutia ou equivalente
28	Desodorizador para vaso sanitário (adesivo).	Lipex, Harpic, Zap ou equivalente
29	Cera líquida impermeabilizante (antiderrapante para pisos internos laváveis e que dispensa o polimento com enceradeira)	Renco, Audax, Calfort ou equivalente
30	Removedor de cera	Perol, Audax ou equivalente
31	Inseticida (embalagem não reutilizável em aerossol de 400ml).	Detefon, Domlaine, SBP ou equivalente
32	Soda cáustica (adicionada em embalagem com 250g).	Globosan ou equivalente
33	Flotador Universal (limpador multiuso concentrado)	Perol ou equivalente
34	Detergente líquido concentrado de uso geral	Perol, Renco, RQ ou equivalente
35	Vassoura de pelo com cabo (tamanho 40 cm)	Condor, Bettani ou equivalente
36	Vassoura de poliéster, tipo gari de 1ª qualidade	
37	Vassoura de piaçava de 1ª qualidade	
38	Detergente neutro de uso geral (indicado limpeza e manutenção de pisos impermeabilizados e tratados (sem corante e sem fragrância	Renco, Perol ou equivalente
39	Tela filtrante para mictório	Deoscreen, nobre ou equivalente
40	Fibra Limpeza de uso geral (pacote com 10 unidades)	Scotch Brite, super British, 3m ou equivalente

41	Pulverizador de 550ml	nobre ou equivalente
42	Luvas de algodão pigmentada	Volk ou equivalente
43	Escova para vaso sanitário	Odim ou equivalente
44	Espanador de teto Nylon com cabo.	Difrançis, T Oliveira ou equivalente
45	Refil para Mop pó (60cm)	Nobre, Bralimpia ou equivalente
46	Suporte (refil) para LT - Limpa Tudo (indicado para limpeza de pisos e paredes)	Bralimpia, Bettanin ou equivalente
47	Régua de flanela - refil do kit de limpeza de vidro	Bralimpia ou equivalente

**II - UTENSÍLIOS E MATERIAIS – ENTREGA SEMESTRAL:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS UTENSÍLIOS	MARCA DE REFERÊNCIA	UNID	Q
01	Desentupidor de pia, borracha flexível, plástico resistente.	Vonder, Noviça, DSR ou equivalente	un	(
02	Desentupidor de vaso com borracha flexível.	Vonder, Noviça, Superpro ou equivalente	un	(
03	Pá Coletora, sem tampa (caixa em polipropileno de alta resistência e cabo de alumínio)	Noviça, Bettanin, Plasvale ou equivalente	un	(
04	Pá de Lixo Metálica - cabo longo 70cm (Para limpeza pesada)	Atlas, Shangrilá ou equivalente	un	(
05	Disco removedor preto (diâmetro 410 mm)	3M, Super British ou equivalente	un	(
06	Disco removedor preto (diâmetro 510 mm)	3M, Super British ou equivalente	un	(
07	Rodo em inox (com base de 60 cm )	Odim ou equivalente	un	(
08	Rodo em inox (com base de 40 cm)	Odim ou equivalente	un	(
09	Escova multiuso com cerdas firmes	Alclin, Bettanin ou equivalente	un	(
10	Espanador de mesa em plumas microfibras - 1ª qualidade	Bettanin, Shangrilá, GM Ostrich ou equivalente	un	(
11	Desengraxante concentrado, para limpeza de graxas e gorduras de pisos - composição: hidrocarbonetos, ácidos orgânicos, tensoativos - características adicionais: validade 18 meses, neutro, antioxidante, biodegradável, aplicação em limpeza pesada.	3M, Ueba, Perol	litro	(
12	Desincrustante ácido, indicado para manchas de vasos sanitários - Embalagem com 5 litros.	Perol, Renko, Audax	un	(
13	Balde de plástico de 10 litros	Sanremo, Astra, Arqplast ou equivalente	un	(
14	Balde de plástico de 8 litros	Sanremo, Astra, Arqplast ou equivalente	un	(
15	Escovão fio duro, com cabo de madeira 1,20cm (para limpeza pesada)	Odim ou Bettanin	un	(

**III- EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS BÁSICOS (DISPONIBILIZADOS DURANTE TODA VIGÊNCIA CONTRATUAL):**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS UTENSÍLIOS	MARCAS DE REFERÊNCIA	UNID	QTD
01	Enceradeira Industrial para disco (Tam. 510)	Allclean, Bralimpia, Cleaner	un	01
02	Enceradeira Industrial para disco (Tam 410)	Allclean, Bralimpia, Cleaner	un	01
03	Lava jato doméstico de alta pressão, 1,500 litros, incluindo mangueira (100m de comprimento).	Jacto, Clean, Electrolux	un	02
04	Carrinho funcional para transporte de material de limpeza (Rubbermaid) ou similar.	Bralimpia, Rubbermaid ou equivalente	un	06

05	Escada articulada Multifuncional 16 Degraus, com sapatas antiderrapantes - (alumínio)	Rottermann, Botafogo	un	01
06	Escada em Alumínio, 6 Degraus, Fita de Segurança e sapatas antiderrapantes	Rottermann, Botafogo	un	01
07	Carrinho de mão		un	01
08	Saboneteira de parede	Nobre, Campclean ou Protem	un	53
09	Extensão Elétrica - 10 metros		un	01
10	Extensão Elétrica - 100 metros		un	01
11	Placa sinalizadora (cuidado piso molhado)	Nobre, Bralimpia ou equivalente	un	09
12	Dispenser/Suporte de papel higiênico para rolo 300m	Nobre, Trilha ou Premisse Velox	un	89
13	Dispenser/Suporte para papel toalha em bobina de 300m	Nobre, Campclean ou Protem	un	52
14	Mangueira de água - 50 metros		un	03
15	Conjunto Mop pó, 60cm	Nobre, Bralimpia ou equivalente	un	05
16	Suporte LT (Limpa Tudo) completo com cabo de alumínio de 1,40cm - indicado para limpeza de pisos e paredes)	Nobre, Bralimpia ou equivalente	un	09
17	Kit combinado para limpeza composto de: rodo e limpa vidros telescópio cabo extensor 3 metros, contendo régua flanela de (35cm) e régua de borracha (35cm), além de cabo forte e resistente.	Bralimpia ou equivalente	un	02

## APÊNDICE V

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 45/2022

#### 1. Informações Básicas Número do processo:

60091.000074/2022-10.

#### 2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação pretendida dos serviços de Limpeza e Conservação será prestada de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria, considerando que o término da vigência do Contrato nº 01/2022 encerrar-se-á em 10/01/2023.

2.2. Outrossim, a contratação dos serviços de limpeza e conservação, vem suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de servente.

2.3. A aludida contratação será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

2.4. Os serviços referenciados neste termo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

2.5. Os serviços a serem contratados destinam-se-ão, ainda, à conservação do patrimônio da Instituição e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às atividades administrativas e técnicas do CENSIPAM, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o mesmo.

2.6. As atividades de limpeza e conservação constavam dentre as atribuições exercidas por profissionais cujos cargos foram extintos de acordo com a Lei nº 9.632/1998, assim, podem ser contratado, mediante terceirização, conforme reza o §2º do artigo 7º da IN/SEGES/MPDG nº 05/2017 e passaram a ser exercidas por execução indireta, conforme disposto no Decreto nº 9.507, de 21/09/2018.

2.7. Além disso, a terceirização que tem por objetivo a atividade meio da Contratante, contanto que não haja a subordinação direta ou pessoalidade entre esta e o trabalhador, é considerada lícita pelo Tribunal Superior do Trabalho.

2.8. Outrossim, a contratação do serviço de limpeza e conservação encontra amparo legal no Decreto nº 9.507 /2018, bem como na Portaria/MPDG/GM nº 443, de 27/12/2018 e na Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 5, de 25 /05/2017, que disciplina que tal serviço será preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros.

2.9. Ressalta-se, que, desde que a Lei nº 9.632/1998 entrou em vigor, impossibilitando a realização de concurso público, ocasionando em vacâncias e, consequentemente, na extinção de cargos, o Censipam não dispõe de servidores nas áreas de suporte operacional relativas a limpeza e conservação.

2.10. Por fim, tendo em vista as considerações acima e as atribuições/atividades a serem desempenhadas pelos terceirizados junto à Administração local do Centro Regional de Manaus do Censipam, é de extrema importância a prestação dos serviços objeto da pretendida contratação.

2.11. A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global considerando que o quantitativo a ser contratado encontra-se definido e estabelecido no presente instrumento, desse modo, a liquidação da despesa não envolve a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

2.12. O objeto da contratação é caracterizado como serviços continuados considerando que visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, ou de outro modo posto, à disposição em caráter permanente objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Administração, prezando o patrimônio público de forma rotineira e permanente.

#### 3. Área requisitante

Área Requisitante:

Responsável:

Setor Administrativo - CENSIPAM - Centro Regional de Manaus Ednaldo Monteiro dos Santos

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.1.2. Serviços correlatos às categorias profissionais de **Agente de Limpeza e Encarregado de Serviços**, abrangidas pela Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação do Estado do Amazonas e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação do Estado do Amazonas.4.1.3. O serviço, objeto da pleiteada contratação é de **natureza continuada, com duração inicial** de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

4.1.4. Considerando a natureza dos serviços (limpeza e conservação) os quais não envolvem conhecimentos técnicos ou complexos, não há exigência de promoção de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.1.5. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas nos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Agente de Limpeza (servente) é o nº 5143-20 e Encarregado (a) é o nº 5101-10.

4.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato..

4.3. As Obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.

4.4. A Contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade ambiental durante a execução do contrato observando as orientações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, devendo entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, no uso de materiais utilizados na execução dos serviços.

**5. Levantamento de Mercado**5.1. No que concerne ao levantamento de mercado, adotou-se como referência a Instrução Normativa Nº 73, datada em 5 de agosto de 2020. Ressalta-se que, para efeito de pesquisa de preço a ser realizada no presente processo, utilizou-se como parâmetros de pesquisa os incisos I e II que constam no Art. 5º do normativo em questão, o qual descreve o seguinte: *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

- I - Painel de preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

5.2. Quanto à metodologia empregada inerente à obtenção de preço estimado, a Instrução Normativa Nº 73 no seu Art. 6º descreve o seguinte: *Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.*

- § 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.
- § 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.
- § 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.
- § 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

5.3. Portanto, para efeito de estimativa de preço, busca-se a obtenção do valor médio estimado com base Art. 5º, inciso I, e para a pesquisa de preço teve por base o Art. 6º relativo à metodologia adotada, conforme preconiza a citada Instrução Normativa.

**6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A contratação envolverá um complexo composto de 07 prédios, localizados na Av do Turismo, nº 1350, Bairro Tatumã Manaus-AM, e adotará os índices de estabelecidos no quadro abaixo, por servente em jornada/carga horária produtividade de 09 (nove) horas diárias de segunda-feira a quinta-feira e de 08 horas às sextas-feiras, conforme segue:

CATSER	TIPO DE ÁREA FÍSICA	PRODUTIVIDADE	QUANTITATIVO DE ÁREA FÍSICA (m²)
24023	I - Área interna - Pisos Frios	1/800 m²	9.622,85
	II – Área interna - Almoxarifado/galpões.	1/803,37 m² (*)	803,37
	III – Área Interna – áreas com espaços livres – saguão, hall e e salão	1/1.000 m²	3.075,86
	IV - Área externa – Varrição de passeio e arruamento	1/9.000 m²	9.763,74
	V – Esquadrias – face externa com exposição de risco	1/130 m²	1.932,79
	VI – Esquadrias – face externa sem exposição de risco	1/300 m²	951,64
	VII – Esquadrias – face interna	1/300 m²	1.511,21

6.2. (\*) Produtividade adotada de 803,37m² por servente em jornada de oito horas diárias, considerando que a área física do almoxarifado é inferior a 1.500 m² conforme disposto no item 9 do Anexo VI-B da IN/SEGES nº 05/2017.

6.3. A área envolvida na contratação dispõe de **35 banheiros, 06 vestiários e 83 vasos sanitários e 06 copas**. Enquanto que a **quantidade de usuários** é de aproximadamente **242 (duzentas e quarenta e duas) pessoas**, entre servidores, terceirizados e estagiários, etc.**7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. As quantidades foram estabelecidas com base no acompanhamento da execução do contrato ora vigente, Contrato nº 01/2022 constante do Processo: 60091.000016/2021-13, além do prescrito nas normas vigentes.

**7.2. Quantidade de áreas físicas envolvidas na contratação:**

- Pisos frios: 9.622,85 m²
- Almoxarifados/galpões: 803,37 m²
- Áreas com espaços livres - hall, salões, corredores, escadas, rampas e auditórios: 3.075,86 m²

- Varricção de passeios e arruamentos: 9.763,74 m<sup>2</sup>

- face externa com exposição à situação de risco: 1.932,79 m<sup>2</sup>
- face externa sem exposição à situação de risco: 951,64 m<sup>2</sup>
- face interna: 1511,21 m<sup>2</sup>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. A despesa com contratação dos serviços foi estimada no **valor mensal de R\$87.832,01** (oitenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais e um centavo) e o **valor estimado anual de R\$1.053.984,12** (um milhão, cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), conforme quadro resumo abaixo:

8.2. O preço cotado deverá incluir todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação/refeição, transporte, cesta básica e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, prêmio de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, despesas operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, despesas financeiras de qualquer natureza, despesas diretas e indiretas, ou seja, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

8.3. A licitante ao compor seus custos de mão de obra deverá observar as atribuições profissionais estabelecidas neste instrumento.

8.4. Informa-se abaixo os valores limites para a pretendida contratação:

[https://super.defesa.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=6786555&inf...](https://super.defesa.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6786555&inf...) 40/48



**ÁREA EXTERNA  
(VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS)**

Produtividade  
9000 m<sup>2</sup>

**Mínimo  
0,34**

**Máximo  
0,54**

**ESQUADRIA EXTERNA**

Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco

Produtividade  
300 m<sup>2</sup>

**Mínimo  
R\$ 1,06**

**Máximo  
R\$ 1,37**

**ESQUADRIA EXTERNA**

Face externa com exposição a situação de risco

Produtividade  
130m<sup>2</sup>

**Mínimo  
R\$ 0,38**

**Máximo  
R\$ 1,50**

8.4.1. Produtividades apresentadas com base na **Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017** adotadas pelo Centro Regional de Manaus do Censipam, envolvendo os valores limites mínimos observando metodologia de referência constante do Caderno Técnico do Estado do Amazonas e os valores estimados com base na pesquisa de preços realizada pelo Núcleo de Precificação do Censipam. Ressalvando que os valores para os preços de m<sup>2</sup> obtidos quando da elaboração da planilha de custos e formação de preço estimativa sofreram acréscimo, observando a ocorrência de três alterações salariais (2020/2021/2022) e dos benefícios constantes da Convenção Coletiva de Trabalho de 2022.

#### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme subitem 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário, transcrito abaixo deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializado:

*" 9.1.16 - deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática".*

9.2. Portanto, de acordo com o disposto no subitem 9.1.16 do Acórdão supracitado o parcelamento para o objeto não se aplica à contratação ora pretendida; uma vez que tal contratação se trata da prestação de serviços de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

#### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A pretendida contratação já faz parte de rol dos contratos da Administração Contratante, portanto, a principal referência são as contratações anteriores com o mesmo objeto.

10.2. Ademais, tal contratação refere-se à prestação dos serviços de Limpeza e Conservação de forma indireta e contínua e, tendo em vista que o atual Contrato nº 01/2022 no processo nº 60091.0000016/2021-13 terá sua vigência expirada em 10/01/2023.

10.3. Busca-se uma nova contratação para a substituição do contrato acima, por se tratar de um serviço essencial que visa a conservação e a limpeza dos locais de trabalho, bem como, da preservação do patrimônio do Centro Regional de Manaus - CRMN.

#### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a) Programa 6011 - Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c) Fonte: 100
- d) Plano Orçamentário (PO): 0007 - Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f) Natureza da Despesa: 33.90.37.02 - Limpeza e Conservação
- g) Código do PTA/2022: 284/22 - Execução do contrato de limpeza (CR-MN)

#### 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A pretendida contratação visa disponibilizar mediante empresa do ramo a prestação dos serviços Limpeza e com cessão de mão de obra, material de consumo, utensílios e equipamentos de limpeza, a fim de obter-se a Conservação higiene e conservação do ambiente laboral e do patrimônio público.

12.2. Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que a terceirização contemplará a Administração com serviços, recursos humanos e materiais inerentes à atividade, dispensando a sobrecarga com gerenciamento direto envolvido com contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados (pagamento por produtividade).

#### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessária nenhuma adequação no ambiente deste Centro Regional.

#### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços prestados pela Empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo órgão.

14.2. Visando à redução de qualquer impacto ambiental, mais notadamente no descarte futuro das embalagens dos produtos de limpeza, deve ser priorizada a utilização de materiais reciclados, reutilizados, atóxicos e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme preconiza a IN MPOG 01/2010 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, Agosto/2021, 4ª edição.

#### 15. Classificação Conforme a Lei 12.527/2011

15.1. Considera-se que não se trata de informações sigilosas, podendo ter o conteúdo divulgado em observância a publicidade como processo geral, não caracterizando a execução onde deve-se preservar o sigilo, na forma no artigo 3º e inciso I da Lei nº 12.527/2011.

#### 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

#### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Justifica-se a contratação, uma vez que o serviço pleiteado é de extrema importância para o funcionamento deste Centro Regional.

#### 17. Responsáveis

EDNALDO MONTEIRO DOS SANTOS

Integrante Requisitante

MARIA DO SOCORRO FERREIRA CRUZ

Integrante Técnico

INÊS MARTINS DOS ANJOS HADAD

Integrante Administrativo

#### APÊNDICE VI

#### MODELO TERMO DE VISTORIA

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. (a) \_\_\_\_\_, realizou vistoria no local onde serão realizados os serviços de serviços de limpeza, conservação interna e externa, higienização e asseio diário, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários, a sua execução nas instalações do Centro Regional de Manaus do Censipam, localizado na Av. do Turismo nº 1350 - Tarumã - Manaus/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Manaus - AM, XX de XXXX de 202.....

Assinatura



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### ANEXO II

#### MINUTA DE CONTATO

(ID. 5756192)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### ANEXO III

#### TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

Termo de Conciliação Judicial O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro; **CONSIDERANDO** que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de

trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que a legislação consolidada em seu art. 9º., comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

**CONSIDERANDO** que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., “(...) são sociedades de passageiros, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”;

**CONSIDERANDO** que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

**CONSIDERANDO** que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandising é vedada pelo art. 3º., da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

**CONSIDERANDO** que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa e os valores sociais do trabalho (arts. 5º., caput e 1º., III e IV da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º., da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

**CONSIDERANDO** o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovadas na 90ª. Sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

## RESOLVEM

Celebrar **CONCILIAÇÃO** nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) Serviços de limpeza;
- b) Serviços de conservação;
- c) Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) Serviços de recepção;
- e) Serviços de copeiragem;
- f) Serviços de reprografia;
- g) Serviços de telefonia;
- h) Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) Serviços de auxiliar de escritório;
- k) Serviços de auxiliar administrativo;
- l) Serviços de Office Boy (contínuo);
- m) Serviços de digitação;
- n) Serviços de assessoria de imprensa e de relações-públicas;
- o) Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) Serviços de ascensorista;
- q) Serviços de enfermagem; e
- r) Serviços de agentes comunitários de saúde.

**Parágrafo Primeiro** – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

**Parágrafo Primeiro** – É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** – Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

## DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

**CLÁUSULA QUARTA** – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

## DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

**CLÁUSULA QUINTA** – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

## DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

**CLÁUSULA SEXTA** – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**CLÁUSULA OITAVA** – A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª. Região Advogado da União

Testemunhas:  
**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**  
Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE

**REGINA BUTRUS**  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

#### **TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 00810-2006-017.10.00.7**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pela Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, e pelos Procuradores do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso e Dra. Vivian Rodriguez Mattos, e a **UNIÃO**, neste ato representada pela Advocacia Geral da União, por meio do Advogado-Geral da União, Dr. José Antônio Dias Toffoli, e pelo Procurador-Geral da União, Dr. Luís Henrique Martins dos Anjos, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo Silva, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, combinado com o art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.492, de 1 de maio de 1943).

**CONSIDERANDO** a existência da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da UNIÃO, cujo objeto versa sobre a intermediação irregular de mão de obra praticada no âmbito da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que existem outras ações civis públicas ajuizadas e vários procedimentos investigatórios em diversas Procuradorias Regionais do Trabalho envolvendo o tema da terceirização imprópria em órgãos da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que o Enunciado nº 331, I, do Tribunal Superior do Trabalho, estabelece que a contratação de trabalhadores por meio de empresa interposta é ilegal, salvo nos casos previstos na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997, estabelece os parâmetros para a identificação dos serviços passíveis de terceirização no âmbito da Administração Pública Federal;

**CONSIDERANDO** que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou ao Tribunal de Contas da União proposta para substituir empregados terceirizados por servidores concursados, tal como ficou assentado no acórdão nº 1520/2006-TCU;

**CONSIDERANDO** que a União vem sendo responsabilizada de forma subsidiária por créditos trabalhistas insatisfeitos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, na forma da Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho;

**CONSIDERANDO** as reuniões preparatórias realizadas entre o Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública e Assessores Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nas quais restou consolidado o entendimento de que a abrupta solução de continuidade na prestação de tais serviços terceirizados poderia gerar ofensa a bem jurídico de igual importância àquele tutelado na referida Ação Civil Pública;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do Poder Executivo Federal, a matéria de pessoal é da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

**CONSIDERANDO** a relevância e a obrigatoriedade de regularização de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados;

#### **RESOLVEM CELEBRAR TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

Nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A UNIÃO se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

**Parágrafo 1º** A responsabilidade pela contratação de serviços terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, será da autoridade competente para assinatura do contrato e do respectivo ordenador de despesas, solidariamente.

**Parágrafo 2º** O responsável pela assinatura dos contratos no âmbito de cada ministério, órgão ou entidade deverá identificar as atividades terceirizadas, o quantitativo total de terceirizados e a indicação das parcelas de recursos orçamentários que deixarão de ser disponibilizadas em decorrência da regularização gradativa das contratações conforme o cronograma e proporções estabelecidas na cláusula terceira deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A UNIÃO se compromete a regularizar a situação jurídica dos seus recursos humanos, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997.

**Parágrafo 1º** Os órgãos da Administração Pública Federal deverão elaborar, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de regularização da situação jurídica dos seus recursos humanos, que deverá conter, necessariamente:

- O quantitativo de pessoal necessário para substituir trabalhadores terceirizados que estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997;
- O quantitativo de cargos, empregos e/ou funções públicas a serem criados, se for o caso;
- A previsão de realização de concursos públicos para a admissão de novos servidores e/ou empregados públicos;
- O impacto orçamentário-financeiro das medidas;
- O cronograma de execução.

**Parágrafo 2º** O ato que autorizar a realização de concurso público deverá prever expressamente que os novos provimentos estarão vinculados ao pleno cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo 3º** O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá adotar as medidas necessárias no âmbito de sua competência para a regularização da situação jurídica dos recursos humanos de cada órgão da Administração Pública Federal, como autorização para a realização de concursos públicos, encaminhamento de projetos de lei relativos à reestruturação de carreiras e à criação de novos cargos, empregos e/ou funções públicas e previsão de disponibilidade orçamentária para cobrir as novas despesas.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O adimplemento das obrigações ora ajustadas obedecerá rigorosamente ao cronograma a seguir estabelecido:

**7.12 e 1 até 31/07/2008**, deverão estar concluídas, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as propostas de regularização da situação jurídica dos recursos humanos de todos os órgãos da administração pública federal, com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados;

**7.12 e 2 até 31/07/2009**, a União deverá substituir, no mínimo, 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

**7.12 e 3 até 31/12/09**, a União deverá substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

**7.12 e 4 até 31/12/10**, a União deverá substituir todos o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, ultimando a adequação de que trata a cláusula segunda do presente Termo de Conciliação.

Parágrafo Único – Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a realização dos respectivos concursos públicos, obedecidos os devidos preceitos legais.

**CLÁUSULA QUARTA.** A União se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**CLÁUSULA QUINTA.** O descumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação sujeitará a União à multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil Reais), por obrigação descumprida (cláusulas e/ou seus parágrafos, incisos ou alíneas), por trabalhador encontrado em situação jurídica irregular, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos dos arts. 5º, § 6º, e 13 da Lei nº 7.347, 24 de julho de 1985, com obrigatório regresso em desfavor do agente público responsável, independentemente das demais cominações e providências que poderão vir a ser requeridas pelo Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 1º A cobrança da multa não desobriga a UNIÃO do cumprimento das obrigações contidas no presente Termo de Conciliação.

Parágrafo 2º Independentemente das autoridades indicadas como diretamente responsáveis pelo cumprimento do presente Termo de Conciliação, o agente público que, em nome da Administração Pública Federal, firmar ou permitir que terceiros, estranhos à Administração, firmem contrato de prestação de serviços em contrariedade às disposições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput desta cláusula, além de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

**CLÁUSULA SEXTA.** O presente Termo de Conciliação produzirá efeitos legais a partir da sua celebração, devendo ser submetido ao MM. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF para homologação, a fim de conferir-lhe eficácia de título executivo judicial.

Estando assim, justos e compromissados, firmam o presente instrumento, para que produza os seus efeitos legais.

Brasília, 05 de novembro de 2007.

**JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

**PAULO BERNARDO SILVA**

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

**OTÁVIO BRITO LOPES**

Procurador-Geral do Trabalho

**LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS**

Procurador-Geral da União

**FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador do Trabalho

**VIVIANN RODRIGUEZ MATTOS**

Procuradora do Trabalho



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**SECRETARIA-GERAL**

**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS**

**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IV**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**(ID. 5931033)**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**SECRETARIA-GERAL**

**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS**

**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO V**

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DECLARO** que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

Nome do órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor do Contrato
Valor Total dos Contratos		

.....de.....de 2022.

Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1:** \* Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2:** \* \* Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO NO MUNICÍPIO DA PRESTAÇÃO CONTRATUAL**

\_\_\_\_\_, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que instalará ou promoverá a manutenção de seu escritório **Manaus-AM**, ou **em um raio máximo de até 30 km da cidade de Manaus-AM, localizado na Av do Turismo, nº 1350, Bairro Tarumã, CEP 69041-010 - Manaus - AM** - Integrante Requisitante: Ednaldo Monteiro dos Santos - Integrante Técnico: Maria do Socorro Ferreira Cruz - Integrante Administrativo: Inês Martins dos Anjos Hadad - Telefone: (92) 3303-6409 E-mail: [maria.cruz@sipam.gov.br](mailto:maria.cruz@sipam.gov.br) a ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo VI do **Edital nº 13/2022**. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do declarante \_\_\_\_\_

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Número da identidade do declarante: \_\_\_\_\_

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ).

**Observação:** O licitante responde pela veracidade das informações prestadas por meio deste documento, sob as penas cabíveis.

Obs.: Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VII**

**MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

(nome)

Gerente do **Banco do Brasil S.A**

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2018, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por este Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam/SG-MD:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do  
Ordenador de Despesas do Censipam/SG-MD  
ou do servidor previamente designado pelo ordenador



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VIII****MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES**

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital nº \_\_\_\_/2022, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, que temos lido **conhecimento** das **condições** das instalações, locais e **peculiaridades** inerentes à prestação do serviço e que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não utilizaremos quaisquer questionamentos futuros decorrentes de avenças técnicas ou financeira com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, localizado no Setor Policial - SPO, Área 5, Quadra 3, em Brasília/DF.

Empresa: \_\_\_\_\_

C.N.P.J.(MF): \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Responsável Técnico: \_\_\_\_\_

Registro do RT no CREA: \_\_\_\_\_

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Representante ou Preposto da Empresa**



Documento assinado eletronicamente por **João Lopes do Lago, Assessor(a)**, em 12/12/2022, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 12/12/2022, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **5926582** e o código CRC **8B857446**.